Universidade Federal de Ouro Preto 

Campus João Monlevade

Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas

**Resenha de Fundamentos de Ciência do Ambiente**

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE URBANA

Icaro Bicalho Quintão

EC - 14.1.8083

No artigo, a autora aborda de diversas formas como o meio ambiente urbano representa um desafio complexo para as sociedades contemporâneas. Não só em relação à preservação dos recursos ambientais , mas também de assegurar condições de vida digna à população, propiciando que parcelas da sociedade não sejam excluídas do processo de desenvolvimento das cidades. Ela define meio ambiente urbano como tanto o meio ambiente natural quanto o meio ambiente transformado, resultado da ação do homem e da sociedade, ou seja, o meio ambiente na e da cidade. Buscando definir o conceito de cidade, ela cita alguns critérios que podem ser usados como: a concepção demográfica, de acordo com a qual se considera cidade determinado aglomerado urbano com um certo número de habitantes – para a ONU esse número seria de 20 mil habitantes; A concepção econômica de cidade que, fundamentando-se na doutrina de Weber, analisa toda cidade como um local onde se constrói e se desenvolve o mercado; Ou por fim, a concepção de subsistema, que considera a cidade como um conjunto de subsistemas no sistema nacional geral. Entre os interesses públicos reconhecidos pelo direito encontra-se o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, englobando o meio ambiente urbano.

As mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade implicam sobretudo modificações comportamentais. Ações em matéria de educação ambiental, propiciando a conscientização da população, são fundamentais. Só assim será possível a redução de desperdícios. Há que se atentar igualmente para o fomento ao desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis, como em matéria de construção de imóveis e tratamento de resíduos urbanos. A aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana deve estar orientada a uma melhor implementação dos princípios poluidor-pagador e usuário-pagador. Todavia, isto não pode significar pura e simplesmente a “mercantilização” dos recursos ambientais e a exclusão de parte da população ao acesso a esses bens, tais como a água e o ar em quantidade e qualidade suficiente para uma digna qualidade de vida.

A sociedade já se encontra majoritariamente instalada em cidades, e as questões socioambientais têm e terão cada vez mais um papel predominante na determinação das políticas públicas no meio ambiente urbano. Trata-se de assegurar condições dignas de vida urbana a todos, buscando um equilíbrio social e ambiental do planeta. Ao lado da ação governamental são as parcerias entre o setor público e o setor privado que devem auxiliar no processo de gestão sustentável do meio ambiente urbano.